

**Governo do Estado do Pará**

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do estado do Pará –  
IDEFLOR-Bio

---

**Ata referente a Audiência Pública do Pré-Edital de Concessão Florestal nas  
Florestas Estaduais (FLOTAS) do Paru e do Iriri**

Aos vinte e seis dias de janeiro de 2026, às 09h25, iniciou-se, na Associação Consórcio Belo Monte – ACBM – Rua Otávio Neri, Jardim Independência I, CEP: 68.372-710, Altamira/Pará, a Audiência Pública referente ao Pré-Edital de Concessão Florestal nas Florestas Estaduais do Paru e Iriri. Representando o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – IDEFLOR-Bio, estavam Cintia da Cunha Soares, Gerente de Contratos de concessão florestal na Diretoria de Gestão de Florestas Públicas de Produção – DGFLOP/IDEFLOR-Bio, Liliane Souza Brabo, Analista Ambiental na Gerencia de Planejamento e Análises Florestais - DGFLOP/IDEFLOR-Bio, Thais de Nazaré Oliveira Novais, Gerente de Planejamento e Análises Florestais - DGFLOP/IDEFLOR-Bio, Joanísio Cardoso Mesquita, Analista Ambiental da Regional do Baixo Amazonas/Santarém– IDEFLOR-Bio, Jossiele da Costa Fernandes, Analista Ambiental – DGFLOP/IDEFLOR-Bio, Marco Aurélio Xavier de Oliveira, Gerente Administrativo do Xingu/IDEFLOR-Bio, Kelly de Nazaré Maia Nunes, Analista Ambiental, da Gerência administrativa do Xingu/DGMUC/IDEFLOR-Bio, Lorena Saraiva Viana Barbosa, Analista Ambiental da Gerência administrativa do Xingu/DGMUC/IDEFLOR-Bio, Samara Teixeira da Silva, Analista Ambiental da da Gerência administrativa do Xingu/DGMUC/IDEFLOR-Bio, Weden José Mota da Silva, Analista Ambiental da Regional do Baixo Amazonas/Santarém – IDEFLOR-Bio, Israel Alves de Oliveira, Gerente do Escritório Regional Xingu/Altamira – IDEFLOR-Bio, Poliana Ângela Farias Cardoso – Técnica em Meio Ambiente da Regional do Xingú/Altamira – IDEFLOR-Bio, Nayara Karoliny Souza Dias - Técnica em Meio Ambiente da Regional do Xingu/Altamira – IDEFLOR-Bio, Daiana dos Santos Rocha Silva - Técnica em Gestão Ambiental da Regional do Xingú/Altamira – IDEFLOR-Bio, Maria Aldenora Sousa das Chagas - Técnica em Gestão Ambiental da Regional do Xingú/Altamira – IDEFLOR-Bio. Representado o Banco Nacional de Desenvolvimento e Sustentabilidade (BNDES), Camila Monte de O. Lima, Gerente de Estruturação de Projetos, Simone Canero e Marcio Almeida. E representando o consórcio contratado, os consultores Bruno Carnelosso e Conrado Paschoal Braga, da empresa Radar PPP, e Jéssica Loyola Caetano Rios, representando a Portugal Ribeiro & Jordão Advogados.

## Governo do Estado do Pará

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do estado do Pará –  
IDEFLOR-Bio

35 As boas-vindas foram dadas pelo Gerente do Escritório Regional Xingu/Altamira –  
36 IDEFLOR-Bio, Israel Alves de Oliveira, que realizou a abertura da Audiência Pública,  
37 apresentou-se, e agradeceu aos presentes, devolvendo a condução da Audiência  
38 Pública a partir de então para Cintia Soares. Então às **09h49, Cintia Soares** inicia a  
39 audiência pública de fato, apresentou-se como engenheira florestal e Gerente de  
40 Contratos de Concessão Florestal do IDEFLOR-Bio, tendo a audiência pública o objetivo  
41 de apresentar o Pré-Edital de Concessão Florestal para Concessão Florestal nas  
42 florestas estaduais do Paru e Iriri, ressaltou a importância de ser o primeiro Edital da  
43 Flora do Iriri. Compuseram a mesa de abertura o Prefeito de Altamira, Loredan Mello, o  
44 Gerente do Escritório Regional Xingu/Altamira – IDEFLOR-Bio, Israel Alves de Oliveira,  
45 Marco Aurélio Xavier de Oliveira, Gerente Administrativo do Xingu e Hiram Junior,  
46 Secretário Executivo da Associação Consórcio Belo Monte – ACBM. Iniciando a fala da  
47 Mesa, Marco Aurélio agradece a todos os presentes, e resalta a importância da  
48 audiência pública para o posicionamento da sociedade e o desenvolvimento local,  
49 conferindo a palavra ao Secretário Executivo Hiram, ele deseja boas-vindas ao  
50 IDEFLOR-Bio e a todos à ACBM. Posteriormente o Gerente Regional Israel, agradece  
51 aos presentes e a Deus, fala da importância da audiência pública para cumprir a  
52 legislação, resalta que esta é primeira concessão florestal estadual no município de  
53 Altamira, sabendo-se que aproximadamente 30% das verbas da concessão florestal  
54 serão encaminhadas a Altamira para investimentos no Município diretamente. Segue o  
55 Gerente ressaltando a importância da concessão florestal para o fomento do cacau na  
56 região, que poderá proporcionar avanços no mercado e melhores condições para  
57 competir com produtos importados de outros países, que atualmente ganham espaço  
58 no mercado brasileiro pelos menores preços em virtude dos menores custos de  
59 produção ocasionados pela inobservância e não atendimento de quesitos trabalhistas e  
60 tributários, os quais no Brasil são exigidos, aumentando os custos de produção e  
61 consequentemente o preço no mercado. Além de poder fomentar e apoiar o  
62 desenvolvimento econômico a partir do surgimento de festivais de chocolate e novas  
63 marcas. Com a palavra o Prefeito de Altamira, Loredan Mello, cumprimenta a todos,  
64 agradece a atuação do Gerente Regional Israel de Oliveira, agradece e dá boas-vindas  
65 a todos os presentes. Segue falando sobre a necessidade de melhorar a qualidade de  
66 vida dos munícipes sem aumentar impostos, o que é possível através do fomento das  
67 indústrias e atividades produtivas tal como a concessão florestal, bem como poderão  
68 competir de melhor forma com o cacau internacional produzidos sem obrigações  
69 trabalhistas o que barateia o cacau internacional e faz uma competição injusta com os

**Governo do Estado do Pará**

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do estado do Pará –  
IDEFLOR-Bio

70 produtos de Altamira. Ressalta o trabalho de regularização fundiária e o foco no  
71 desenvolvimento do cacau no município, como atividade econômica de médio e longo  
72 prazo. E destaca a união entre os órgãos estaduais, municipais e federais para avançar  
73 no desenvolvimento regional. E finaliza ressaltando a parceria entre a gestão municipal  
74 de Altamira e o Governo do Estado do Pará. Cintia Soares desfaz a mesa e inicia a  
75 apresentação do Pré-Edital. Como Gerente de Contratos de Concessão Florestal do  
76 IDEFLOR-Bio, informa sobre a dinâmica de participação dos presentes na audiência  
77 pública, e enfatiza que quem quiser realizar perguntas poderá chamar a gerente Thais  
78 Novais e fazer sua inscrição, e que após a finalização da apresentação, as perguntas  
79 poderão ser realizadas na ordem da inscrição, ou caso prefiram podem perguntar no  
80 decorrer da apresentação. Segue explicando sua condição de servidora efetiva de  
81 carreira, a qual acompanha a efetivação das concessões florestais no Estado desde o  
82 início de implantação dessa política pública, sendo o primeiro contrato de concessão  
83 florestal assinado no ano de 2011, e em que pese o Pré-Edital apresentado seja o  
84 primeiro a contemplar a FLOTA do Iriri, Altamira e a FLOTA do Iriri sempre estiveram na  
85 pauta para concessão. E informa que o IDEFLOR-Bio gerencia atualmente 11 contratos  
86 de concessão florestal de floresta nativa e 01 contrato de restauração florestal,  
87 distribuídos em 07 contratos de concessão florestal na FLOTA Paru e 4 contratos de  
88 concessão florestal no conjunto de glebas Mamuru-Arapiuns e nesta abrangem  
89 Santarém Juruti e Aveiro. Hoje o IDEFLOR-Bio realiza a gestão de 29 Unidades de  
90 Conservação, com duas florestas estaduais passíveis a atividades de uso múltiplo, Iriri  
91 e Paru. Informa que foi assinado em 2025 o primeiro contrato de concessão para  
92 restauração florestal, abrangendo o município de Altamira. Segue destacando aos  
93 presentes que o Pré-Edital é uma parceria do IDEFLOR-Bio com o BNDES e um  
94 consórcio de consultores, tais como a RADAR PPP, Evergreen, IFT e Portugal Ribeiro  
95 & Jordão, com experiência e qualidade em trabalhos realizados dessa monta, todos com  
96 representação presente na Audiência Pública, disponíveis para responder dúvidas dos  
97 presentes. O manejo florestal nas concessões é a administração da retirada madeira de  
98 forma sustentável e controlada, conservando o crescimento e recuperação natural da  
99 floresta, como deve ser. O Manejo florestal sustentável objetiva a exploração  
100 sustentável de produtos madeireiro e não madeireiros, além do desenvolvimento social  
101 e comunitário. Áreas concessionadas em contratos longos de 30 a 35 anos, são  
102 divididas em unidades de produção anual - UPA's, com realização de inventário florestal  
103 de 100%, e como demonstrando na figura, exemplifica que em 01 hectare são colhidas  
104 de 5 a 6 árvores maduras passíveis para serem retiradas, das cerca de 200 árvores

**Governo do Estado do Pará**

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do estado do Pará –  
IDEFLOR-Bio

adultas. Comprovando objetivo de sustentabilidade do manejo, conforme imagens exibidas na audiência, onde é constatado a regeneração da floresta no período de 07 anos, ratificando a verdade de que manejo florestal não é desmatamento. A concessão também traz o desenvolvimento e formalização das atividades econômicas locais, bem como empregabilidade, e logicamente a sustentabilidade com a regeneração da floresta. Quanto aos 30% anualmente é direcionada aos municípios diretamente para ser investidos em projetos de desenvolvimento sustentável. Dos mecanismos de controle das atividades, são realizadas visitas as comunidades, monitoramento da floresta e da realização das atividades da concessão. O IDEFLOR-Bio não realiza concessão em áreas utilizadas por comunidades tradicionais, preservando e respeitando as atividades ancestrais. Informa também que a concessão florestal incentiva fomento a pesquisa científica e acadêmica com instituições de ensino e pesquisa, há também o Indicador Social, onde através de demandas locais o concessionário irá investir na comunidade executando as demandas levantadas pelas comunidades do entorno, como exemplo de execução do Indicador Social das concessões florestais em andamento, temos reforma de escola municipal, construção de posto de saúde em comunidade e entrega e instalação de kits de energia solar, sempre partindo das demandas das comunidades, com o IDEFLOR-Bio participando como ente garantidor e posteriormente acompanhando a execução correta. Os projetos de concessão são todos fundamentados em legislação e normas, como principal a Lei Federal 11.284/2006 (Lei de Gestão de Florestas Públicas), Lei Federal 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos), Lei 8.987/1995 (Regime de Concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências), e demais leis e normativas infralegais. Neste Pré-Edital, em visão geral nas FLOTAS do Paru e Iriri, são 819 mil hectares a serem concedidos, sendo 644 mil hectares destinados ao manejo florestal, divididos em 06 (seis) unidades de manejo, com prazo de 32 anos de atividade, totalizando 322 mil m<sup>3</sup> de madeira em tora por ano. Significando mais de R\$ 1,2 bilhões de reais em investimentos para a região. Na FLOTA Paru são 596 mil hectares para concessão florestal, 458 de efetivo manejo, com prazo de 32 anos podendo ser prorrogado por mais 8 anos, com uma estimativa de 229 mil m<sup>3</sup> de madeira por ano, em mapa mostra-se aos presentes as unidades de manejo, a UMF VI-A, VIII-A, X e XI. Com investimentos totais na região da monta de R\$ 800,00 milhões de reais. Trazendo para o maior interesse no município de Altamira, a FLOTA do Iriri, do total de 223 mil hectares, foram estimados 185 mil hectare de área para efetivo manejo, com prazo de 32 anos, produção estimada de 93 mil m<sup>3</sup>/ano, com investimentos

**Governo do Estado do Pará**

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do estado do Pará –  
IDEFLOR-Bio

na região na monta de R\$ 280,00 milhões nos anos de vigência do contrato. Cintia segue explicando que todas as FLOTAS foram criadas no ano de 2006, a concessão dada neste Pré-Edital ocorre após aproximadamente 20 anos após a criação da floresta publica em virtude da obrigatoriedade de aprovação do Plano de Manejo Florestal Sustentável da FLOTA do Iriri em 2024, tendo como principal produto, o zoneamento da FLOTA. Sobre o que já foi realizado de trabalhos para este Pré-Edital, houve diálogos com indígenas da TI Bau, vinculados a Associação Indígena Matinó, posteriormente a esta Audiência será realizado reunião com os Indígenas vinculados ao o Instituto Kabu, para apresentar o projeto de concessão florestal. Além das reuniões prévias com os Conselhos Gestores do Paru e do Iriri. Além de outras agendas nos escritórios do IDEFLOR-Bio sempre que foi procurado e que também buscou realizar diálogos construtivos. Seguindo a apresentação, com os principais aspectos do Pré-Edital. Com produto principal sendo a madeira em tora, podendo também ser autorizado o mercado de créditos de carbono, produtos não madeireiros, e que no caso do crédito de carbono, a comercialização possa seguir o sistema Jurisdicional do Estado do Pará, que está sendo elaborado. Sendo que todos os produtos só poderão ser explorados com autorização prévia do IDEFLOR-Bio, sendo que por solicitação na audiência anterior no Município de Almeirim, foi retirado a possibilidade de o concessionário explorar castanha do Pará. Demais obrigações como proteger as UCs, e as obrigações sociais, irão trazer benefícios para o território. Sobre indicadores, temos para este Edital: Indicadores classificatórios, a exemplo do Indicador A1, impactos a floresta no momento da execução das estradas e trilhas de arraste, em suma é quanto o concessionário vai minimizar o impacto na floresta ao realizar as atividades de manejo florestal, o objetivo é degradar o menos possível da floresta. E essa declaração deve obrigatoriamente ser cumprida no decorrer da concessão florestal, visto que é um item da licitação. Também o Indicador social - A2, que corresponde a um valor oferecido pelo concessionário no ato da concorrência da licitação, sendo de R\$2,00 a R\$5,00 R\$/hectare/ano, a ser investido nas comunidades no entorno, através de demandas das comunidades, diretamente pelo concessionário. Cintia destacou o indicador A3 (fomento à geração de empregos e à dinamização da economia local - plantas de processamento local da madeira), e disse que era um novo indicador e explicou sobre as categorias previstas. Por fim, os Indicadores bonificadores, que são ações realizadas pelo concessionário voltados à sustentabilidade da área de concessão e entorno, incluindo a comunidade, e que ao realizar o concessionário recebem bônus, como se fosse um prêmio por práticas em favor do meio ambiente ou da comunidade. Caso não seja realizada nenhuma ação,

**Governo do Estado do Pará**

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do estado do Pará –  
IDEFLOR-Bio

então não haverá descontos no preço pago, assim como não haverá punições ao concessionário. E tem os Encargos Acessórios, obrigação contratual de investimento prevista neste pre-edital que deve ser cumprida pelo concessionário. São investimentos aplicados via macrotemas pré-definidos, como apoio a pesquisa científica, monitoramento da UMF, Fiscalização, dentre outros. Sobre a Proposta modelagem econômico-financeira – Bruno Carnellosso da Radar PPP continua a apresentação do Pré-Edital, nela entende-se se é viável ou não o projeto de concessão a partir da quantidade de madeira disponível para extração e todo o investimento previsto a ser realizado pelo concessionário, na logística, inventário, volumetria e pesquisa de preço são itens referenciais primários a serem analisados, gerando uma estimativa a partir dos cruzamentos de todos as variáveis. Sobre as logísticas de escoamento, são 212 quilômetros de estradas com trechos que necessita ser aberto pelo concessionário, juntamente com trechos a serem realizados por trechos rodoviários no Iriri e fluvial no Paru para escoamento da madeira, ressaltando que o custo logístico é um dos mais elevados na concessão florestal. Cintia apresenta as duas alternativas levantadas, uma por Santa Julia e outra por Moraes Almeida, como melhores alternativas no sentido financeiro bem como no ambiental, pois, mais aberturas de estradas quer dizer mais impactos na floresta. Deverão ser realizados ajustes e acordos entre concessionários em estradas já aberta. Segue Bruno quanto ao inventário florestal, sua importância para conhecer as espécies e suas quantidades nas florestas, e para modelagem econômico-financeira são divididas em 04 grupos, correspondendo as espécies mais demandadas de acordo com o nível de demanda, e então realiza-se a pesquisa de preço em campo, feito em indústrias madeireiras. Quando ao Indicador A3, é importante o beneficiamento local da madeira, além de trazer desenvolvimento local, ainda garante menor despesas ao concessionário. Também compõem a modelagem todos os equipamentos e estruturas que deverão ser adquiridos pelo concessionário. Toda a modelagem é uma estimativa com a responsabilidade de ser mais fiel possível. O preço mínimo a ser oferecido por m<sup>3</sup> de madeira é estipulado a partir dos preços da modelagem. Voltando, Cintia Soares, expõe como será a concorrência pública de técnica e preço por meio da Lei nº 14.133/2021, Lei de Licitações e Contratos. Segue o rito da legislação, com a entrega dos envelopes, a conferência dos documentos de habilitação. Sendo que primeiramente será avaliado a técnica e preço e após serão avaliados os documentos de habilitação daquele que fica em primeiro no julgamento de técnica e preço. Sendo avaliada a proposta econômica com o maior preço da madeira em tora, e a proposta técnica composta pelos indicadores classificatórios. Bem como a outorga fixa como uma



**Governo do Estado do Pará**

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do estado do Pará –  
IDEFLOR-Bio

condição prévia para a assinatura do contrato. De acordo com Bruno, a ideia da outorga fixa, é não trazer licitantes sem condições de concorrer, aqueles ditos aventureiros, que poderiam inviabilizar contratos assinados, no futuro, então para isso a outorga fixa é um valor que deve ser aferido ao Estado no ato da assinatura do contrato, como um adiantamento. Podem participar empresas, OCIPS, associações, com responsável técnico ativo e regular no CREA, ausência de dívidas ao governo e não podem concorrer empresas internacionais. Quanto ao cronograma, o Pré-Edital está disponível para contribuições no site do IDEFLOR-Bio, as audiências públicas estão sendo realizadas, após ajustes. Com estimativa de assinatura de contrato em maio de 2026. Cintia Soares finaliza a apresentação e segue para as perguntas da plateia. Deryck Martins falou da importância de haver um debate sobre a logística de construção de estradas, visto que uma das opções apresentadas pelo edital foi a utilização de estradas já existentes. Ele perguntou se isso já foi definido a regra em edital, pois ele gostaria de saber se possivelmente, no futuro esse compartilhamento de estradas poderia ou não criar algum tipo de entrave para utilização das estradas já existentes, que tenham sido construídas por outras concessionárias. Segue parabenizando o IDEFLOR-Bio, pergunta sobre os encargos acessórios, questionando se eles são obrigatórios para todos os macrotemas e se é apartado da proposta financeira. Bruno Carnellosso, responde que não é obrigatório atender todos os macrotemas, o que é obrigatório o pagamento de acordo com o que ela explorou naquele ano. E ao longo do contrato as demandas da comunidade poderão ser contempladas e este recurso deve ser depositado em conta específica. Camila (BNDS) acrescenta sobre os encargos acessórios que eles já são utilizados em outras concessões florestais, portanto não é uma inovação deste Pré-Edital, e não é um indicador técnico obrigatório. Sendo que o encargo acessório é um montante que deve ser apartado pelo concessionário a ser investido nas comunidades, Conselhos da FLOTA, onde os temas prioritários serão avaliados pelo Ideflor-Bio, então as necessidades poderão ser de macrotemas diferentes. E o concessionário deverá atender tais demandas. Ainda de acordo com Cintia Soares sobre os encargos acessórios, está sendo confeccionado a diretriz técnica para disciplinar tais propostas, assim como está sendo definido seu fluxo de execução. Sobre a logística de utilização de estradas compartilhadas, Deryck Martins pergunta se já é um assunto pacificado entre os concessionários que já utilizam as estradas as quais eles mesmos construíram. E sugere que tal definição seja realizado antes do lançamento do edital, para prevenir problemas futuros. Sabendo-se que pode originar problemas aos concessionários. Sobre as espécies, Deryck Martins, perguntou se foram consideradas as espécies da

**Governo do Estado do Pará**

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do estado do Pará –  
IDEFLOR-Bio

tabela CITES (*the Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora*), especificamente o Cumaru, sugere que seja revisada a planilha de espécies do Pré-Edital, visto que algumas espécies são inexploráveis. Ainda, sobre os investimentos mostrados na modelagem, qual o lucro pretendido ao concessionário na modelagem, sendo que o prejuízo não será dividido. E por fim, do que se trata a outorga fixa. Em resposta Cintia Soares informa que quanto as estradas, houve diálogos entre os consultores e os atuais usuários, que estão cientes das questões que envolvem, tal como fluxo, abertura maior da estrada e proximidade com Terra Indígena Baú. Porém não há diálogo profundo com concessionário. Bruno, expõe que a taxa de retorno é de aproximadamente 10,5% em ganhos reais, ou seja, sem inflação. Isso se dá porque muitos investimentos são permanentes, não serão realizados todos os anos. E isso vai impactar na lucratividade. Sobre a outorga fixa, Camila afirma que é um componente já utilizado, com a ideia de trazer empresas mais seguras, propostas exequíveis, não buscam arrecadação alta, e sim evitar propostas inexecutáveis. A outorga fixa é um valor informado pelo licitante no formulário de proposta econômica, o licitante vai colocar o valor que deseja aportar, que esteja entre mínima e máxima, se quiser apresentar acima do máximo, ele pode propor um valor em reais a ser pago à vista. O excedente deve ser pago à vista, e uma única vez a ser paga na assinatura do contrato. Sônia Abreu, Engenheira Florestal, pergunta: se os serviços ecossistêmicos não estão contemplados dentro do Pré-Edital, como que ficaria a repartição dos benefícios caso o concessionário queira explorar, o valor será definido pelo IDEFLOR-Bio? Bruno respondeu que toda a receita acessória deverá ser realizada após apresentação de projeto ao IDEFLOR-Bio para avaliação, e após aprovação, o valor está definido em percentual de 5% a 15% no momento da aprovação do projeto, deverá ficar no IDEFLOR-Bio. Seguindo, Sônia Abreu perguntou sobre o mercado de carbono e o sistema jurisdicionais que está sendo elaborado, como fica o alinhamento entre as metodologias para não haver inflação dos créditos. Cintia, explica que a metodologia para comercialização do crédito de carbono provavelmente será alinhada ao SJREDD+, mas por hora toda a base de crédito de mercado de carbono está em uso a lei federal. O engenheiro florestal, Mauro Caldas, da consultoria Green Forest, relata sobre o item 21.6.4.2 que trata do critério de desempate e apresentação de propostas, sobre considerar melhor técnica e maior preço, levando os 500 pontos. Não está claro se na reapresentação das propostas permanecerão válidas e os índices mínimos e máximos, e qual o mecanismo objetivo que selecione a proposta mais vantajosas. Ele questiona se quando for para o desempate, se será preservado o mínimo e o máximo do edital, e ainda relata que não



**Governo do Estado do Pará**

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do estado do Pará –  
IDEFLOR-Bio

280 consta no edital, critério residual de desempate. Camila, do BNDES, informa que está  
281 sendo utilizado as Lei de Floresta Publica e de Licitação e contrato. Estão definidos  
282 preços mínimos e máximos, mas será revista a Lei nº 14133/2021, para averiguar  
283 possíveis brechas e saná-las. Mauro Caldas questionou também sobre a garantia  
284 contratual. Os 60% do valor total do edital, que está no anexo 6 do Edital. Segundo ele  
285 essa porcentagem, não está prevista na Lei nº 14.133/2021 ou estudos técnicos que  
286 preveja esse 60%, e como se dará com as pequenas empresas. Camila explica que o  
287 valor de 60% não está fundamentado pela Lei nº 14133/2021, porém a referida lei está  
288 sendo respeitada, e pede que seja feito por formulário para a melhor explicação. Cintia  
289 Soares agradece ao Mauro pelas suas contribuições que ela avaliou como pertinentes.  
290 Marlon Menezes, professor da UFPA, falou sobre as áreas antropizadas e pressionadas  
291 pela extração ilegal de madeira. Cita que na Flota do Iriri há locais muito antropizados,  
292 havendo uma certa desconfiança sobre a conservação dessas áreas. E, sobre a  
293 ausência das instituições de ensino nas concessões florestais, ausência de cooperação  
294 técnica e termo de intenção, para usar os dados que precisam ser disponibilizados, por  
295 meio de artigos científicos para apresentar os pós concessão para a sociedade. As  
296 instituições devem ser inseridas nas concessões. Devem ser criados mecanismos de  
297 inserção. Cintia Soares informa que existem trabalhos acadêmicos sobre a concessão  
298 florestal, mas que existe a ausência de divulgação, mas que pode sim melhorar. Com  
299 relação a grilagem na FLOTA do Iriri o relatório apresentou que está pacificada e a  
300 concessão florestal é uma estratégia eficiente de frear a grilagem e a invasão de terras.  
301 O Plano de Manejo da FLOTA do Iriri também informa essa pacificação dentro das áreas  
302 de manejo. Não tendo mais perguntas, Cintia agradece a presença de todos e ratifica a  
303 contribuição no site do IDEFLOR-Bio. As contribuições são bem-vindas e melhoram os  
304 editais conforme as especificidades de cada território. Vamos seguir para aproxima  
305 Audiência Pública em Novo Progresso. Cintia Soares agradeceu a presença de todos,  
306 e encerrou a audiência Pública às 12h08. E não havendo mais nada a declarar, eu,  
307 Jossiele da Costa Fernandes, lavrei esta ata e que vai ser assinada por mim.

**Jossiele da Costa Fernandes**

Analista Ambiental/Eng. Ambiental  
Gerência de Gestão de Contratos de Concessão Florestal  
GECON/DGFLOP